

APROVADA ESTRUTURA DO EMG DO FUTURO EXÉRCITO ÚNICO

A.1.3

● CCFADM esteve reunida ontem no Clube Militar 27.10.93

O processo de implementação do Acordo Geral de Paz para o país conheceu ontem um novo impulso com a aprovação pela Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Moçambique (CCFADM) das normas de disciplina militar do futuro Exército único e apartidário, num encontro realizado no Clube Militar, em Maputo, sob a presidência do Representante Especial da ONU, Aldo Ajello.

A Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (CCFADM) aprovou igualmente a estrutura do Estado-Maior General das FADM, o uniforme de trabalho a ser utilizado pelas tropas, bem como o quadro orgânico superior do futuro Exército único.

Os membros integrantes da comissão ouviram também uma informação prestada pelo adido militar britânico sobre o treino militar nos cinco campos a serem abertos no interior do país, para além de um informe apresentado pelo delegado da missão militar portuguesa.

A aprovação destes documentos surge após a recente assinatura pelo Governo e pela Renamo, da nova calendarização da implementação do Acordo Geral de Paz, ocorrida na semana passada, e que resulta dos contactos que o Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Ghali, manteve recentemente com as partes signatárias dos entendimentos de Roma.

De acordo com o novo calendário, está marcado para Novembro próximo o início do programa de treinamento dirigido por especialistas franceses.

Em Dezembro, segundo o documento aprovado pelas partes, começará a preparação das forças especiais dos fuzileiros navais e da logística, com o término marcado para Agosto do próximo ano.

O calendário prevê ainda que os soldados que iniciaram em Agosto passado os treinos ministrados por especialistas britânicos em Nyanga, no Zimbábue, terminem a sua formação em Dezembro do ano em curso, altura em que serão abertos os centros de treino para a formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

O cumprimento destes prazos vai permitir que até Setembro o futuro Exército único e apartidário composto por um efectivo de 30 mil soldados esteja operacional, um mês antes das eleições gerais marcadas para Outubro do próximo ano.

Tanto o Governo como a Renamo manifestaram publicamente o seu comprometimento em levar a bom termo o cumprimento da nova calendarização do Acordo Geral de

Paz, apesar dos atrasos porque pautou até agora o processo de pacificação nacional.

O Tenente-General Tobias Dai, que encabeçava altas patentes das forças governamentais, disse a jornalistas que do lado do executivo há um enorme esforço para tentar flexibilizar o processo.

— O acantonamento que deverá arrancar em 30 de Novembro próximo é a base para que os restantes itens do processo de formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique resulte. É claro que o atraso que se registou na aprovação do calendário está já a influir negativamente em todo o processo de paz, mas, nós temos esperanças e estamos a trabalhar para esse objectivo — assegurou aquele alto oficial governamental.

Para o Tenente-General Mateus Nkonyamo, por parte do movimento de Afonso Dhlakama, existe também a vontade de ver constituídas até Setembro próximo as forças armadas integrando tropas de ambos os lados.

Nkonyamo frisou ainda que a Renamo tem homens suficientes para integrar nas FADM, aguardando apenas a altura própria para a sua integração. Sublinhou que não existirá nenhuma pré-condição para que tal objectivo seja concretizado.

O encontro de ontem segue-se a um conjunto de reuniões iniciadas semana passada, a primeira das quais aprovou a nova calendarização do Acordo Geral de Paz.

Posteriormente, realizou-se uma reunião da Comissão de Supervisão e Controlo (CSC) que aprovou um documento, ao abrigo do qual a movimentação das tropas governamentais e da Renamo passou a ser autorizada, sem que isso constitua uma violação ao cessar-fogo.

O documento rubricado pelos subscritores dos entendimentos de Roma, pretende essencialmente criar facilidades para o abastecimento das tropas estacionadas em zonas de difícil acesso ou com problemas de água. A Comissão de Cessar-Fogo (CCF) também realizou um encontro que fez uma apreciação relativa à desminagem e à desmobilização.

Observadores internacionais que

para a democracia.

— Do lado da comunidade internacional e da própria ONU já foram dadas provas mais que suficientes da vontade de apoiar o processo moçambicano. A última palavra reside agora na vontade política dos actores activos no cenário político deste país em fazer tudo para que a paz seja duradoura — opinou um dos observadores ocidentais.

“NOTÍCIAS”

27.10.93